

EDITORIAL

Editora - chefe do J2 – Jornal Jurídico, **Cristiane Reis**

Email: csouzareis@gmail.com

Instituto de Estudos Comparados de Administração de Conflitos da Universidade Federal Fluminense (Rio de Janeiro, Brasil)

A Revista **J2** é um **Jornal Jurídico** que se dedica aos trabalhos académicos na área do Direito, mas com matriz multi e transdisciplinar, sob um olhar sempre de vanguarda e crítico sobre os temas da atualidade, nacionais e internacionais, sobretudo no mundo lusófono. Garantindo a qualidade científica, todos os artigos submetidos à Revista são analisados por revisores afetos aos temas do artigo apresentado.

Desta forma, temos a alegria de chegar a nossa segunda edição da Revista, que tem uma periodicidade semestral, contando com quatro excelentes artigos, diversificados em temáticas, sendo certo que a concretização desta Revista somente é possível com a colaboração de todos os autores e pesquisadores que cedem seus brilhantes escritos, oriundos de suas pesquisas. Assim, desde já, deixamos registado o nosso agradecimento!

Para além dos pesquisadores, agradecemos também aos editores, que cedem seu tempo para revisar os artigos submetidos para que esta Revista mantenha a qualidade científica a que se propôs desde o início de sua conceção. Agradecemos ainda aos leitores, destinatários destas páginas. Nosso muito obrigada!

O artigo *Análise sobre os processos especiais 'Pré-insolvência' criados no âmbito do programa Revitalizar* trata da grande problemática da sociedade de consumo e dos enormes conflitos que a mesma passa a engendrar, em especial em relação ao sobre-endividamento das famílias e das empresas. Assim, este artigo traz à reflexão os principais processos especiais pré-insolvência.

O texto denominado *Preempção* traz-nos um interessante estudo dos limites de competência da Região Autónoma da Madeira, em relação à autonomia, à administração e à gestão escolar, analisando, a posição adotada pelo Tribunal Constitucional em 2006 quanto a alteração do modelo regional da Madeira de organização das escolas.

O artigo *Breve caracterização da função pública no Estado de Direito Liberal* apresenta-nos um notável apanhado histórico sobre o conceito de função pública, demonstrando a sua evolução no tempo e que caracteriza, deste modo, a relação entre o modelo de Administração Pública correlacionado à função pública em cada momento histórico.

Por fim, o artigo *Cláusulas de mediação obrigatória em contratos (convenção de mediação) – O dilema entre a voluntariedade da mediação e a obrigação de cumprimento do contrato* no qual prima por demonstrar a compatibilidade entre os princípios do Direito, seja o geral, que determina o cumprimento dos contratos, posto que se há uma cláusula compromissória na qual o contrato deverá ser resolvido por meio da mediação, esta deverá ser cumprida (*pacta sunt servanda*) e, por outro lado, o princípio próprio do processo de mediação, que é da sua própria natureza: a voluntariedade.

Completa-se assim a relação temática desta rica edição que a todos abrilhantará.

Boa leitura!